



DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E AS COMPRAS DO PNAE NO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-SC

SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT AND PNAE PURCHASES IN THE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - SC

Adenes Sabino Schwantz¹
Gislaine Julianoti Carlesso²
César Augustus Winck³
Rosana Claudio Silva Ogoshi⁴

Grupo de Trabalho (GT): GT12. Política agrícola e políticas públicas de desenvolvimento rural

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, é uma política pública destinada estrategicamente à garantia e melhoria da alimentação dos alunos da rede pública de ensino e o fortalecimento da produção rural, por meio da aquisição de produtos da agricultura familiar local. Este artigo busca explorar a contribuição do PNAE no desenvolvimento local sustentável, através das compras da agricultura familiar. O estudo compreendeu a revisão da legislação que norteia o programa, os conceitos de compras sustentáveis e desenvolvimento regional. O programa, seu alcance e influências no desenvolvimento econômico local serão analisados no âmbito da região que compreende o Alto Vale do Rio do Peixe, localizada na região central de Santa Catarina. A região é composta por 15 municípios, onde a agricultura é uma das principais atividades econômicas, com a predominância de minifúndios, e a organização da produção através da economia solidária. Os dados foram levantados através de pesquisa documental e estudo de caso. Os resultados apontam uma diversificação dos gêneros alimentícios locais adquiridos, a inserção de alimentos regionais, e um aumento gradativo nas compras oriundas da agricultura familiar. Conclui-se que o PNAE além de proporcionar uma alimentação melhor para os discentes das escolas municipais e federais da região, é uma maneira de fomentar a agricultura, gerando maior renda aos produtores familiares, evitando o êxodo rural, e propiciando o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Programa de Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Compras Sustentáveis. Desenvolvimento Local.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) is a public policy aimed strategically at guaranteeing and improving the feeding of students in the public school system and strengthening rural production through the acquisition of local family farming products. This article seeks to explore the contribution of the PNAE to sustainable local development through the purchase of family agriculture. The study included a review of the legislation that guides the program, the concepts of sustainable purchasing and regional development. The program,

¹Mestre em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: adenes.eletronica@gmail.com

²Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: gislainej.carlesso@gmail.com

³Professor do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Doutor em Agronegócios (UFRGS/RS). Pós-Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: cesar.cepan@gmail.com

⁴Professora do Mestrado em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Doutora em Zootecnia (UFLA/MG). E-mail: rosana.ogoshi@yahoo.com.br



its scope and influences on local economic development will be analyzed within the region comprising the Alto Vale do Rio do Peixe, located in the central region of Santa Catarina State. The region is composed of 15 municipalities, where agriculture is one of the main economic activities, with the predominance of small properties, and the organization of production through solidarity economy. Data were collected through documentary research and case study. The results point towards a diversification of the local foodstuffs acquired, the insertion of regional foods, and a gradual increase in purchases from family farms. It is concluded that the PNAE, besides providing a better diet for the students of the municipal and federal schools of the region, is a way to foment agriculture, generating a higher income for the family producers, avoiding the rural exodus, and promoting local development.

Keywords: School Feeding Program. Family farming. Sustainable Purchases. Local Development.

1. Introdução

A agricultura familiar configura-se como uma das principais atividades econômicas do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, ela constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar. Além do segmento contribuir para o controle da inflação, equilibrando a oferta e a procura de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica do brasileiro, garante a segurança alimentar e a erradicação da fome.

Tendo em vista, a relevância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do país, o Estado criou algumas políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este visa fortalecer o segmento, valorizar a produção agrícola local e/ou regional, amenizar os efeitos da globalização no que se refere a exclusão tecnológica e proliferação de indústrias agrícolas em detrimento do enfraquecimento e empobrecimento das pequenas propriedades rurais.

Atualmente o PNAE é executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Também se caracteriza como sendo a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Além disso é considerado um dos maiores programas de alimentação do mundo.

Para comercializar seus produtos para o PNAE, o produtor deve comprovar a condição de agricultor familiar. Esta condição é determinada pela Lei nº 11.326/2006, ou seja, o agricultor deve possuir a maior parte de sua renda oriunda de atividades rurais, ter mão de obra familiar e ter propriedade com até 4 módulos fiscais.

Com relação a agricultura familiar, Lamarchi (1996) afirma que a questão familiar envolvida nesse modelo de agricultura constitui “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho” em consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Wanderley (2009) alega que mais do que a diferença quanto aos níveis de renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar.

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se no



emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros. Ainda, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e paralelamente o apoio ao desenvolvimento sustentável. Tudo isso com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados e sazonais, que possam aumentar a produtividade e lucratividade dos agricultores familiares locais.

O objetivo deste artigo é analisar a relação existente entre os recursos destinados ao PNAE nas esferas municipal, estadual e federal, e a organização social de mercados da agricultura familiar. Isso sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, em um estudo dos municípios que compreendem a região do Alto Vale do Rio do Peixe.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Programa de Alimentação Escolar (PNAE)

O grande marco do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deu-se no ano de 2009, com a sanção da Lei nº 11.947. Esta lei trouxe vários avanços para o programa, sendo um deles a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Para a agricultura familiar também significou um avanço notável, já que o desenvolvimento de programas estatais como o PNAE, se deu como um fomento à atividade, configurando-se como uma alternativa para evitar o êxodo rural, além de promover a inclusão econômica e social através da geração de renda.

Com relação aos produtos a serem fornecidos para a alimentação escolar, pode-se adquirir qualquer gênero de produto alimentício, *in natura* ou processado. Desde que o mesmo seja produzido pela agricultura familiar ou organizações de empreendedores familiares rurais. Os alimentos orgânicos e ecológicos terão preferência sobre os demais, podendo-se neste caso, admitir um acréscimo de até 30% nos preços de referência desses produtos em relação aos preços estabelecidos para os produtos convencionais, conforme a Resolução do FNDE nº 26/2013.

Já Real e Schneider (2011), acreditam que as alterações no PNAE deram impulso e credibilidade à política da alimentação escolar, incentivou a produção da agricultura familiar local e favoreceu a aproximação dos cardápios da realidade de cada região.

Compras Públicas Sustentáveis

Conforme a lei nº 8.666/93, compra pública consiste em “toda aquisição remunerada de bens para o fornecimento de uma só vez ou parceladamente”. (BRASIL, art.6º, inciso III, 2017). No caso das compras públicas realizadas pelo Estado, elas dão suporte às suas atividades finalísticas, sendo muitas vezes reconhecidas como instrumento de política pública, por conterem funções de ordem econômica e social.

As organizações públicas podem usar de seu poder de compra em favor da sustentabilidade, segundo Adjei (2010), apoiadas nos critérios de sustentabilidade, as compras públicas trariam os seguintes benefícios: (a) redução de impactos ambientais adversos decorrentes de contratos públicos; (b) utilização mais eficiente dos recursos públicos; (c) estímulo aos mercados locais e globais à inovação de produtos e serviços sustentáveis para compradores, sejam públicos e/ou privados; (d) melhorar o comportamento “ético” dos fornecedores/empreiteiros, especialmente, e do público em geral; (e) melhorar as condições de trabalho, saúde e segurança e as condições dos grupos desfavorecidos no país que aplica a



Compra Pública Sustentável.

De acordo com a Resolução nº 26/2013 do FNDE, a aquisição dos alimentos do PNAE pode se dar através de licitação pública ou dispensa de licitação. Como critério para participação nas Chamadas Públicas de aquisição de alimentos do PNAE, além do participante ter as condições que o habilitem na categoria de agricultor familiar, o mesmo deve comprovar a portabilidade de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), junto ao município ao qual pertence.

O agricultor pode participar na condição de produtor individual (pessoa física), mas, nas compras é comumente verificado a organização de agricultores através de cooperativas (pessoa jurídica), ou seja, de empreendimentos de economia solidária.

De acordo com o ex-ministro do ministério do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, “as compras governamentais garantem a permanência dos agricultores familiares no campo, e também geram renda e qualidade de vida”.

Dessa forma, é possível notar a importância das compras públicas do PNAE. Essas além de satisfazerem as necessidades nutricionais dos discentes, demonstram preocupação com as futuras gerações, e com a distribuição social da renda.

Desenvolvimento Regional Sustentável

O desenvolvimento local é um conjunto de fatores relativos à cultura, ambiente social, político e econômico que podem se inter-relacionar, agindo e transformando a realidade local.

De acordo com Filho (2008, p. 228), a busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, sendo uma tarefa difícil, uma vez que “implica a superação de alguns desafios fundamentais”.

Através do PNAE, no que se refere às aquisições de produtos, com o reconhecimento da capacidade produtiva agrícola familiar, muitas famílias passaram a produzir e comercializar para o programa, contribuindo para o desenvolvimento local e da sua região.

O expressivo mercado institucional (alimentação escolar) que está posto de forma descentralizada em nível local e/ou regional, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. (EMATER-ASCAR, 2006, p. 13)

A diversidade geográfica do Brasil pode contribuir na oferta diversificada de alimentos através das compras advindas da agricultura familiar. Isso ocorre porque muitos dos alimentos a serem inseridos nos cardápios podem ser sazonais de acordo com cada região. Constatando-se retorno financeiro para os agricultores locais na comercialização dos produtos do PNAE, a tendência é haver inovação e melhoria dos cardápios, refletindo-se posteriormente na alimentação dos alunos e em seu desempenho escolar.

Quando aplicados à agricultura familiar, os empreendimentos de economia solidária são uma forma de geração de trabalho e inclusão social. Tais iniciativas possuem uma “perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social” (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p.43).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A região analisada compreende um total de 15 municípios catarinenses e possui em



torno de 210 mil habitantes (IBGE, 2010). O estudo se baseia nas compras efetuadas pelas escolas municipais e federais da região. Torna-se importante salientar que as compras realizadas por estas duas esferas impactam em aproximadamente 29 mil estudantes da região.

Já os dados individualizados das escolas estaduais por município não estão disponíveis no *website* do FNDE, dificultando a correlação dos mesmos com a região do Alto Vale do Rio do Peixe, sendo este o motivo desses dados não serem tratados na pesquisa. Ainda nesse sentido, os dados das três esferas relativos ao ano de 2017 estão sendo contabilizados, haja vista que não foram encerradas as suas prestações de contas, portanto os dados não se encontram disponíveis para consulta no *website* do FNDE.

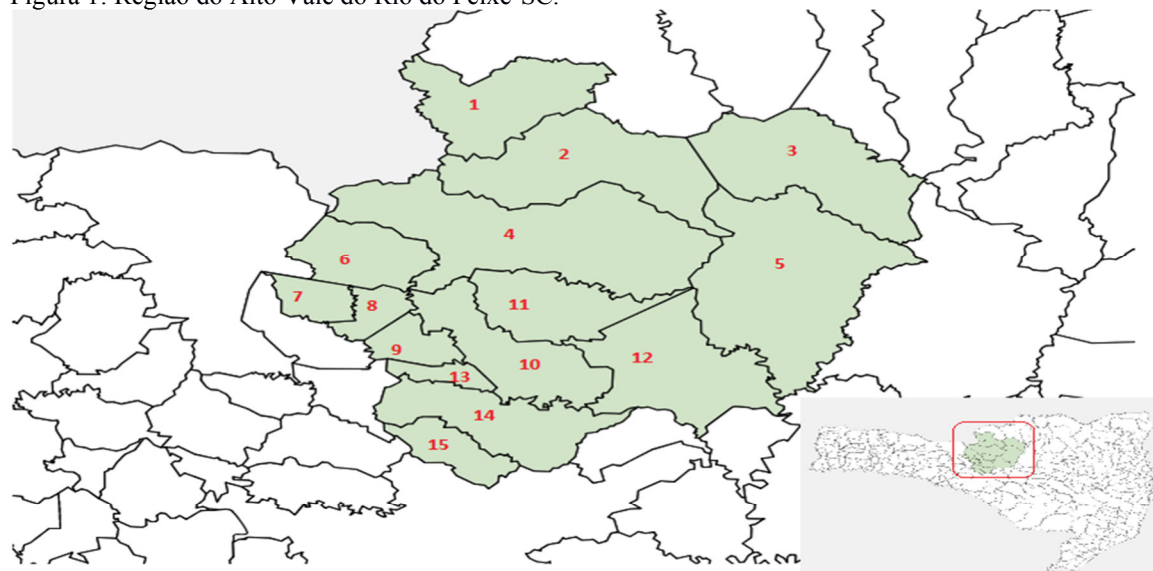
Esta é uma pesquisa documental, levantada principalmente por meio eletrônico, nos *websites* dos entes envolvidos (PNAE, FNDE, Prefeituras Municipais, Institutos Federais, Secretária do Estado de SC, SEAD e MDA). A partir do levantamento de dados chega-se ao compilado geral da região, apresentado na sequência, o qual objetiva demonstrar a relação entre a destinação dos recursos do PNAE e a renda auferida pela agricultura local da região.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Características da Região

A região analisada compreende o Alto Vale do Rio do Peixe, que devido às suas características de solo e clima, propiciam o cultivo temporário em propriedades rurais de pequeno porte. A figura 1 demonstra a região abrangida no estado de Santa Catarina.

Figura 1: Região do Alto Vale do Rio do Peixe-SC.



1 - Matos Costa
2 - Calmon
3 - Timbó Grande
4 - Caçador
5 - Lebon Régis

6 - Macieira
7 - Salto Velozo
8 - Arroio Trinta
9 - Iomerê
10 - Videira

11 - Rio das Antas
12 - Fraiburgo
13 - Pinheiro Preto
14 - Tangará
15 - Ibiam

Fonte: Os autores com dados de AMARP (2020)

Objetivando-se angariar dados para obter informações mais aprofundadas sobre o assunto relacionando-o com o desenvolvimento econômico da região, traçou-se um perfil das



idades que compõem a região estudada. Compilou-se dados como população, área, IDH e PIB per capita conforme censo do IBGE do ano de 2010 (Quadro 1).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012) e com o perfil das cidades traçados pelo IBGE em 2010, a economia dos municípios da região é baseada em atividades agrícolas, comerciais e pecuárias. Destacam-se a criação de bovinos de leite, aves e suínos, a fruticultura de pêssago, maçã, ameixa e uva, e o cultivo de fumo e grãos.

Registra-se também a extração da madeira, a industrialização do butiá, com o aproveitamento da crina vegetal, e destaca-se o crescimento do cultivo dos hortifrutigranjeiros como o tomate. Sendo que na indústria, os setores de maior produção são o papelero, plástico, a vinicultura, fabricação de sucos e frigoríficos para abate de aves e suínos.

Quadro 1: Dados geográficos e econômicos das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe-SC

Município	Área (km ²)	População (2010)	PIB per capita (2015) (R\$)	IDH (2010)	Ranking do PIB em SC (2014)
Arroio Trinta	94,301	3.502	22.687,57	0,764	230°
Caçador	984,285	70.762	35.012,65	0,735	17°
Calmon	638,178	3.387	19.392,20	0,622	245°
Fraiburgo	547,854	34.553	24.163,11	0,731	50°
Ibiam	146,715	1.945	21.316,11	0,725	282°
Iomerê	113,754	2.739	32.328,49	0,795	213°
Lebon Régis	941,486	11.838	17.797,36	0,649	120°
Macieira	259,642	1.826	22.822,68	0,662	277°
Matos Costa	433,073	2.839	13.613,12	0,657	285°
Pinheiro Preto	61,461	3.147	40.990,36	0,777	193°
Rio das Antas	318,00	6.143	23.337,14	0,697	173°
Salto Veloso	105,068	4.301	37.402,94	0,784	175°
Tangará	388,384	8.674	40.591,16	0,737	105°
Timbó Grande	598,473	7.167	22.583,11	0,659	170°
Videira	384,521	47.188	41.402,93	0,764	25°

Fonte: Autores com dados do IBGE (2010)

A escassez da madeira, a implementação de leis ambientais e a conscientização da população levaram à retração da atividade madeireira, e com isso, a agricultura tem emergido como uma opção de geração de divisas na região. Nesse setor predomina-se o minifúndio com o cultivo de lavouras sazonais.



Perfil das Cooperativas da Região do Alto Vale do Rio do Peixe

A análise dos dados foi realizada, de forma a considerar os preceitos da Resolução nº 26/2013 do FNDE. Esta estabelece que para participação nas compras do PNAE, os agricultores locais podem participar das chamadas públicas na condição de fornecedores individuais, ou em grupos formais e informais. De forma obrigatória, necessita-se comprovar a portabilidade de DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Física, e como grupo formal precisa-se ter prova de inscrição em DAP Jurídica.

As cooperativas consideradas no estudo (Quadro 2) foram aquelas com DAP jurídica ativa, as quais possuem associados com DAPs Físicas certificadas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Quadro 2: Perfil das Principais Cooperativas da Região da AMARP

Nº	Cooperativas	Localização	Qtde. de Agricultores Familiares	Total de produtores com DAP Física
01	Cooperativa mãos que lutam de Caçador	Caçador/SC	9	17
02	Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê	Videira/SC	60	60
03	Cooperativa Agropecuária Videirense	Videira/SC	807	816
04	Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado	Caçador/SC	32	225
05	Cooperativa de Produção Integrada de Sistemas Agroindustriais de Fraiburgo	Fraiburgo/SC	45	45
06	Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Pinheiro Preto	Pinheiro Preto/SC	37	38
07	Cooperativa de Agricultores Familiares de Arroio Trinta	Arroio Trinta/SC	75	75
08	Cooperativa de Agricultores Familiares de Lebon Régis	Lebon Régis/SC	65	204
09	Cooperativa de Prod. Ind. e Com. União do Oeste	Lebon Régis/SC	16	131
10	Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Tangará	Tangará/SC	35	35
11	Cooperativa Agropecuária Passo da Felicidade	Tangará/SC	524	524
12	Indústria e Comércio de Suco São Carlo Ltda - ME	Tangará/SC	3	3
	Total		1708	2173

Fonte: Autores com dados da SEAD (2018)



As informações coletadas foram obtidas através de consulta direta ao *website* da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), e adicionalmente através da análise individual dos dados de cada cooperativa, com a emissão do extrato de DAP Jurídica.

Pode-se observar que mais da metade das cooperativas são compostas por 100% de agricultores familiares, e outras apresentam percentuais muito próximos do total.

Não se verificou a existência de cooperativas com DAPs jurídicas ativas nas cidades de Ibiam, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Calmon. Devido à inexistência de cooperativas instaladas nesses municípios, os produtores locais podem participar nas compras do PNAE de forma individual ou em grupos informais. Havendo interesse em firmar cooperação econômica entre os pares, os mesmos podem participar de outros empreendimentos de economia solidária localizados em cidades próximas.

A pesquisa levantou as cooperativas aptas a fornecer para o PNAE, no entanto, sem verificar quais cooperativas já fornecem ao programa e os quantitativos já comercializados. Observando-se o perfil das organizações, evidencia-se a forte presença da agricultura familiar na região, a qual agrega produtores potenciais para o programa, podendo propiciar a inclusão social e a geração de renda.

Clientela do PNAE na região

A prestação de contas dos recursos do PNAE é obrigatória para os entes recebedores do recurso, e devem ser realizadas até o ano subsequente ao do repasse. Todos os trâmites são realizados em sistema próprio, concluindo-se com o parecer do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), que é responsável pelo controle social do programa.

As escolas municipais e federais, de acordo com o Censo Escolar de 2018 (FNDE), possuem um público de aproximadamente 14% da população da região. As escolas federais são os Institutos Federais, os quais recebem os recursos para atendimento aos alunos do ensino médio integrado e subsequente. As instituições municipais, abrangem a creche, a pré-escola, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos.

No total são atendidos 28.344 discentes da rede municipal, e pode-se observar claramente que os principais municípios da região, em termos percentuais, relacionados com as compras do PNAE são Caçador, Fraiburgo e Videira, juntos, possuem aproximadamente 70% do total de discentes da região (Gráfico 1).



Gráfico 1: Quantidade de alunos das escolas municipais atendidas pelo PNAE na região do Alto Vale do Rio do Peixe



Fonte: Autores com dados de Relatório de alunos atendidos pelo PNAE conforme FNDE, dados de 2018.

Ainda em termos de discentes, de acordo com os dados de 2018 do FNDE, os discentes atendidos pelo PNAE nas instituições federais da região, Videira (IFC) registra a maior população atendida com 292 discentes, seguida por Fraiburgo (IFC) com 570 e Caçador (IFSC) com 213 discentes. Tendo em vista a sua lei de criação que data de 2008, os Institutos Federais começaram a se instalar na região a partir do ano de 2010, e desde então, cresce a oferta de matrículas ano a ano, demonstrando ser esse um mercado potencial para comercialização dos produtos do PNAE.

Valores repassados para custeio do PNAE na região

Os municípios de Fraiburgo, Videira e Caçador por possuírem as maiores populações da região, também apresentam a maior demanda para atendimento ao PNAE. Por conseguinte, recebem as quantias mais vultosas de recursos orçamentários. A presente pesquisa apenas considerou os dados do ano de 2016, por ser o último ano validado pela instituição fiscalizadora.

Segue abaixo uma análise dos recursos orçamentários repassados para aquisições do PNAE, e a relação dos montantes adquiridos da agricultura familiar. Os dados apresentados a seguir foram organizados separadamente por ano, e indicam o percentual de utilização dos recursos repassados, por ano.

Analisando-se os dados financeiros dos três anos, disponibilizados nos quadros 3, 4 e 5, constata-se que houve um aumento nos repasses de recursos do PNAE na ordem dos 16% de 2014 para o ano de 2015, e de 12% em 2016 em relação a 2015. Sendo que as escolas municipais da região no ano de 2014 destinaram 29% dos recursos repassados para a compra de itens provenientes da agricultura familiar; em 2015 destinaram 34% e em 2016 destinaram 53%.

Identifica-se um crescimento gradativo na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, e que alguns municípios pequenos ainda possuem dificuldade em cumprir o mínimo dos 30% exigido em lei. O município de Timbó Grande, não realizou nenhum uso dos recursos do PNAE nos anos analisados, e registrou 0% de aproveitamento. Em



contrapartida, os municípios de Videira e Fraiburgo, já se aproximam do marco de 80% na utilização de produtos oriundos da agricultura familiar.

No ano de 2016, o município de Calmon foi o único que não recebeu os recursos do PNAE. O fato pode estar relacionado a falta de apresentação da prestação de contas dos recursos do ano anterior, já que a descentralização de recursos do programa é condicionada a prestação de contas.

Quadro 3: Valores repassados ao PNAE (em reais) para as escolas municipais na região do Alto Vale do Rio do Peixe em 2014

Entidade Executora	Valor Transferido pelo FNDE (R\$)	Valor Adquirido - Agricultura Familiar (R\$)	Percentual Adquirido (%)
Pref. Mun. de Arroio Trinta	29.214,00	14.698,40	50,31
Pref. Mun. de Caçador	620.028,00	148.151,49	23,89
Pref. Mun. de Calmon	87.732,00	8.648,89	9,86
Pref. Mun. de Fraiburgo	507.876,00	156.338,75	30,78
Pref. Mun. de Ibiam	10.704,00	4.120,00	38,49
Pref. Mun. de Iomerê	32.652,00	20.648,23	63,24
Pref. Mun. de Lebon Régis	160.938,00	79.820,17	49,60
Pref. Mun. de Macieira	15.104,00	7.274,83	48,16
Pref. Mun. de Matos Costa	23.072,00	-	0
Pref. Mun. de Pinheiro Preto	27.036,00	15.399,55	56,96
Pref. Mun. de Rio das Antas	89.904,00	20.100,03	22,36
Pref. Mun. de Salto Veloso	67.572,00	23.337,66	34,54
Pref. Mun. de Tangará	92.124,00	57.178,90	62,07
Pref. Mun. de Timbó Grande	129.798,00	-	0,00
Pref. Mun. de Videira	623.940,00	192.982,33	30,93
Total	2.517.694,00	748.699,23	29,74

Fonte: Relatório de aquisições da agricultura familiar conforme FNDE.



Quadro 4: Valores repassados ao PNAE para as escolas municipais na região do Alto Vale do Rio do Peixe em 2015

Entidade Executora	Valor Transferido pelo FNDE (R\$)	Valor Adquirido - Agricultura Familiar (R\$)	Percentual Adquirido (%)
Pref. Mun. de Arroio Trinta	43.300,00	18.699,39	43,19
Pref. Mun. de Caçador	741.960,00	248.567,25	33,50
Pref. Mun. de Calmon	73.594,00	-	0
Pref. Mun. de Fraiburgo	594.596,00	85.225,51	14,33
Pref. Mun. de Ibiam	20.946,00	6.329,04	30,22
Pref. Mun. de Iomerê	39.052,00	31.523,86	80,72
Pref. Mun. de Lebon Régis	173.768,00	173.768,00	100,00
Pref. Mun. de Macieira	17.574,00	7.859,25	44,72
Pref. Mun. de Matos Costa	24.678,00	13.136,20	53,23
Pref. Mun. de Pinheiro Preto	27.268,00	16.493,69	60,49
Pref. Mun. de Rio das Antas	121.494,00	29.210,91	24,04
Pref. Mun. de Salto Veloso	75.260,00	21.161,02	28,12
Pref. Mun. de Tangará	241.730,00	51.661,20	21,37
Pref. Mun. de Timbó Grande	100.318,00	-	0
Pref. Mun. de Videira	673.210,00	325.858,29	48,40
Total	2.968.748,00	1.029.493,61	34,68

Fonte: Relatório de aquisições da agricultura familiar conforme FNDE.



Quadro 5: Valores repassados ao PNAE para as escolas municipais e federais na região do Alto Vale do Rio do Peixe em 2016

Entidade Executora	Valor Transferido pelo FNDE (R\$)	Valor Adquirido - Agricultura Familiar (R\$)	Percentual Adquirido (%)
Pref. Mun. de Arroio Trinta	55.573,56	16.030,44	28,85
Pref. Mun. de Caçador	838.124,79	407.142,75	48,58
Pref. Mun. de Fraiburgo	443.496,79	354.731,01	79,99
Pref. Mun. de Ibiam	28.387,34	8.360,19	29,45
Pref. Mun. de Iomerê	37.732,02	18.796,58	49,82
Pref. Mun. de Lebon Régis	668.839,60	210.731,44	31,51
Pref. Mun. de Macieira	19.886,42	8.830,38	44,40
Pref. Mun. de Matos Costa	33.831,11	15.911,70	47,03
Pref. Mun. de Pinheiro Preto	36.293,29	10.752,79	29,63
Pref. Mun. de Rio das Antas	125.834,88	38.993,28	30,99
Pref. Mun. de Salto Veloso	86.346,71	28.405,96	32,90
Pref. Mun. de Tangará	125.750,12	74.206,03	59,01
Pref. Mun. de Timbó Grande	86.659,41	-	0
Pref. Mun. de Videira	765.545,91	585.671,45	76,50
Total	3.352.301,95	1.778.564,00	53,06

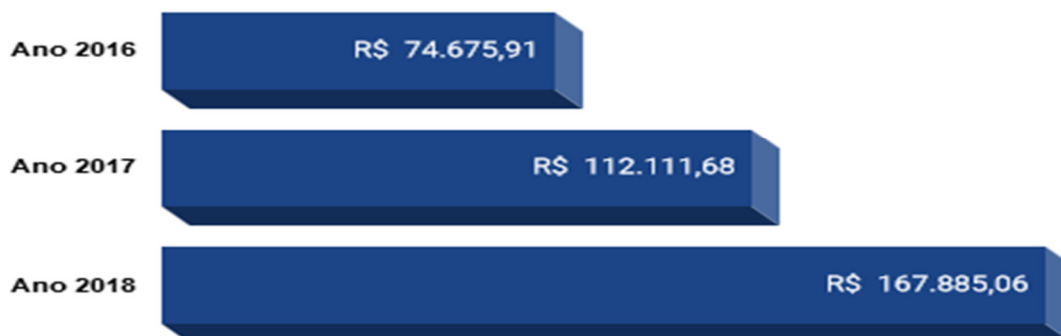
Fonte: Relatório de aquisições da agricultura familiar conforme FNDE.

Nesta região, as escolas federais são representadas pelo Instituto Federal Catarinense Campus Videira e Campus Fraiburgo e pelo Instituto Federal de Santa Catarina Campus Caçador. O primeiro tem utilizado quase 100% dos recursos na compra de produtos da agricultura familiar, sendo que seu primeiro ano de utilização foi em 2016. O Campus Fraiburgo começou a utilizar o recurso somente no ano de 2017, e já utiliza quase 100% dos recursos na agricultura familiar. Já o Campus Caçador, ainda não utiliza os recursos, tendo 0% de aproveitamento, no entanto a Direção de Administração e Planejamento do Campus informou que já há estudos para sua implementação junto a reitoria do IFSC.



Gráfico 2: Compras da Agricultura Familiar realizadas pelo Instituto Federal Catarinense - Campus Videira

Compras da Agricultura Familiar do IFC Campus Videira



Fonte: Autores com dados do SIAFI Gerencial.

No ano de 2014, o campus Fraiburgo registrava um orçamento do PNAE de R\$ 7.200, sendo que no ano de 2018 já é de R\$ 49.054,00, computando-se um aumento de 7 vezes, em relação ao valor inicial. Como o orçamento repassado pelo FNDE é relativo ao número de alunos matriculados, observa-se o aumento gradativo das matrículas neste campus. Ainda em 2018, o Campus suplementou mais R\$ 67.888,06 na compra do PNAE com recursos próprios, aplicando no total R\$ 116.942,06 em compras oriundas da agricultura familiar.

Quanto à destinação dos recursos do PNAE para a agricultura familiar, o cenário é positivo e promissor na região estudada, já que, o aproveitamento dos recursos demonstra-se ser progressivo no decorrer dos anos, sinal da consciência dos gestores municipais, que ao destinar estes recursos para a agricultura local, podem contribuir para o desenvolvimento econômico da região, além de disponibilizarem alimentos mais frescos e de qualidade para os estudantes.

Alimentos mais adquiridos das cooperativas para atendimento ao PNAE

Com relação as compras da Agricultura Familiar, os alimentos mais adquiridos das cooperativas pelas prefeituras da região, são apresentados no Quadro 6.



Quadro 6: Produtos mais adquiridos via PNAE na esfera municipal no ano de 2017

Tipos de produtos mais comercializados para as prefeituras				
Abobrinha	Brócolis	Bergamota/Ponkan	Laranja	Batata Baroa e Batata Doce
Abóbora	Cebola	Morango	Vagem	Extrato de Tomate
Acelga	Cenoura	Ovo de Galinha	Melancia	Rúcula
Alface	Cheiro Verde	Pepino	Beterraba	Batata Inglesa e Mandioca
Alho sem casca	Couve-Flor	Pimentão Verde	Melão	Maçã
Banana	Doce de Fruta	Repolho	Chuchu	Tomate p/ Salada

Fonte: Extraído do painel de preços praticados pelo PNAE do portal do FNDE.

Analisando-se os Editais de Chamadas Públicas publicados nos *websites* dos campi de Videira e Fraiburgo, em relação às compras da Agricultura Familiar, os alimentos mais adquiridos das cooperativas pelas escolas federais, são os seguintes:

Quadro 7: Produtos mais adquiridos via PNAE na esfera federal no ano de 2017, no Alto Vale do Rio do Peixe

Tipos de Produtos Mais Comercializados para os Institutos Federais		
Banana, Pêra e Maçã, Ameixa, Bergamota	Bolacha de Açúcar Mascavo e fubá	Biscoito Amanteigado
Bolo de farofa (fermento biológico)	Bolacha de Polvilho e Coco	Bolacha de Mel, e de Mel com chocolate
Bolos diversos, de chocolate, de cenoura, de fubá, de laranja	Suco Integral de Laranja e Uva	Nectarina e Cáqui
Sanduíche simples (pão francês ou de forma, presunto e queijo)	Pão de Queijo	Cupcake sem recheio
Torta Salgada de Legumes, e Torta salgada com legumes, frango e queijo	Sanduíche Natural (pão integral, presunto, queijo, cenoura, alface e tomate)	Esfíha de carne e de frango

Fonte: Extraído dos Editais de Chamada Pública publicados pelos IFES.

Os Institutos Federais apresentam uma realidade distinta das escolas municipais. Haja vista, que a maior parte deles não possuem estrutura física como cozinhas ou refeitórios, e nem profissionais para preparo das refeições, como cozinheiras e/ou merendeiras. Isso faz com que a demanda seja pela aquisição de lanches prontos e frutas já higienizadas, prontos ao consumo. Os cardápios são diferentes das escolas municipais, que compram em sua grande maioria alimentos *in natura* para preparo de refeições.

Na comercialização de lanches, a agricultura familiar da região consegue atender satisfatoriamente a demanda, tanto quanto na distribuição de alimentos menos processados. Dessa forma, nota-se a diversificação dos gêneros alimentícios regionais adquiridos, aumento gradativo nas compras oriundas da agricultura familiar e o incentivo à formação de hábitos



alimentares saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada demonstrou que a alimentação escolar pode utilizar-se dos alimentos e preparações típicas da região, e através das compras dos agricultores locais, a renda tende a ser revertida para o próprio município e/ou região, auxiliando os próprios produtores.

O PNAE quando bem executado, mostra o potencial enorme que possui, tendo em vista a aplicação dos recursos oriundos das esferas federais e municipais diretamente na microeconomia local, configurando-se como uma maneira de fomentar a agricultura familiar bem como o desenvolvimento sustentável.

Com a maior inclusão de produtores da agricultura familiar no fornecimento do PNAE, os órgãos públicos passarão a não visualizar a regra mínima dos 30% como a máxima possível. Assim, por conseguinte, podem contribuir no aumento da geração de renda dos agricultores familiares locais, bem como, incentivará o cultivo de outras lavouras e o desenvolvimento de novos produtos.

Com uma maior conscientização dos gestores na implementação do planejamento das aquisições, priorizando-se as compras da agricultura familiar, pode-se obter maior qualidade na alimentação dos discentes da região do Alto Vale do Rio do Peixe, assim como, pode impactar positivamente na economia dos municípios.

O artigo finaliza com algumas reflexões sobre os desafios da elaboração de cardápios que contribuam e/ou ampliem a participação dos produtores locais nas compras do PNAE, apontando dessa forma, novas questões de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADJEI, Asafo B. Sustainable public procurement: a new approach to good governance. Seul: IPPC4, 2010. Disponível em: www.ippa.org/IPPC4/Proceedings/07GreenProcurement/Paper7-10.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

AMARP. Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em: <http://www.amarp.org.br/index/municipios-associados/codMapaItem/42419>. Acesso em 10 jul. 2019.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL. LEI 8666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/alimentacao-escolar-2015-525/legislacao-517/2344-lei-n-11-947-2009-pnae-4129/file>. Acesso em: 29 jun. 2019.



BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 30 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS VIDEIRA. CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2019. Disponível em: <http://videira.ifc.edu.br/licitacoes/2019/05/18/dispensa-de-licitacao-no-0008-2019-chamada-publica-no-0001-2019/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS FRAIBURGO. CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2018. Disponível em: <http://dap.fraiburgo.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2018/03/Edital-PNAE.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

EMATER/RS-ASCAR. Manual sobre Alimentação Escolar 2. ed. rev. EMATER/RS-ASCAR;

FILHO, G. C. de F. 2008. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. Organizações & Sociedade, [S. I.], v. 15, nº45, abr./jun.

FNDE. CENSO ESCOLAR DE 2018. Disponível em: <http://cursos.fnde.gov.br/mdl07/course/category.php?id=407>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FNDE. DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FNDE. CLIENTELA ATENDIDA PELO PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FNDE. PAINEL DE PREÇOS PRATICADOS PELO PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-painel-precos>. Acesso em: 21 jun. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em: 22 jun. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=799>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LAMARCHI, Hugues. Agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas, Unicamp, 1996.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Extrato DAP Pessoa Jurídica. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: 17 jun. 2019.

REAL, L.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. 2011; 18(2):57-79. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/563/553>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SIAFI GERENCIAL. RELATÓRIO DE DESPESAS EMPENHADAS, LIQUIDADAS E PAGAS. Disponível em: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login&v=1533301495853>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA – Mercado de Trabalho, [S.I.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

WANDERLEY, M.N. B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.